



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



PARCEIROS DE APOIO
PROGRAMÁTICO

REUNIÃO DA PLANIFICAÇÃO DO QAD 2009

AIDE-MÉMOIRE

18 de Setembro 2009

LISTA DE ACRÓNIMOS

AGO	Apoio Geral ao Orçamento
AM	Aide Memoire
BdPES	Balço do Plano Económico Social
BM	Banco Mundial
CFMP	Cenário Fiscal do Médio Prazo
CNCS	Conselho Nacional do Combate ao Sida
CT	Coordenação Técnica
DPT3 e Hb	Vacina (DPT3 e Hb)
EAC	Estratégia Anti-Corrupção
EITI	Iniciativa para a Transparência na Industria Extractiva
ESF	External Shock Facility (Facilidade para Choques Exógenos)
FMI	Fundo Monetário Internacional
GdM	Governo de Moçambique
GFP	Gestão de Finanças Publicas
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
MdE	Memorando de Entendimento
MINT	Ministério do Interior
MTs	Meticais
NT	Nota Técnica
OD	Observatório de Desenvolvimento
ODA	Official Development Assistance (Apoio Oficial para o Desenvolvimento)
ODAMOZ	Official Development Assistance for Mozambique (Ajuda Oficial para o Desenvolvimento de Moçambique)
OE	Orçamento de Estado
PAF	Performance Assessment Framework
PAF CoG	Performance Assessment Framework Coordination Group
PAPs	Parceiros de Apoio Programático
PARPA II	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta II
PEFA	Public Expenditure Financial Audit (Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira)
PEI	Plano Estratégico Integrado
PER	Public expenditure Review (Revisão de Despesas Públicas)
PES	Plano Económico Social
PETS	Public Expenditure Track Search (Pesquisa e Localização de Despesas Públicas)
PIB	Produto Interno Bruto
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PSI	Policy Suport Instrument (Instrumento de Apoio a Políticas)
QAD	Quadro de Avaliação de Desempenho
RC	Revisão Conjunta
REO	Relatório de Execução Orçamental
RP-QAD	Reunião de Planificação do Quadro Avaliação do Desempenho
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TARV	Tratamento Antriretroviral
TdR	Termos de Referencia
UTRESP	Unidade Técnica da Reforma do Sector Publico

INDÍCE

I.	INTRODUÇÃO & CONTEXTO.....	2
II.	PROGRESSO NOS ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL DO GOVERNO E DOS PAPs	4
III.	ANÁLISE DO CFMP 2010-12	9
IV.	INDICADORES E METAS 2010.....	10
V.	ESTUDOS ANALÍTICOS A SEREM REALIZADOS CONJUNTAMENTE ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS EM 2010.....	13
VI.	LISTA DE ACRÓNIMOS	

Reunião de Planificação do QAD 2009

Aide Memoire

I INTRODUÇÃO E CONTEXTO

1. O Governo de Moçambique (GdM), os Parceiros de Apoio Programático (PAPs), a Sociedade Civil e os Membros Associados reuniram-se no dia 18 de Setembro de 2009 para concluir a Reunião da Planificação do QAD 2009 (RP-QAD) anteriormente designada por Revisão Semestral (RS). De acordo com o novo Memorando de Entendimento (MdE) assinado em Março deste ano, e os Termos de Referência, a Reunião da Planificação do QAD tem como objectivo principal acordar indicadores e metas para o ano 2010, e metas indicativas para o ano 2011, no Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) do Governo e dos PAPs, incluindo notas técnicas complementares para cada indicador. O objectivo secundário foi de apresentar os progressos registados em relação aos assuntos de atenção especial saídos da Revisão Anual de 2009.

2. Durante o processo foi confirmada a matriz do QAD do Governo para 2010-2011, incluindo indicadores e metas para 2010, e metas indicativas para 2011 na base das estratégias dos sectores e do Balanço do PES do I semestre de 2009. Foi também acordada a matriz de QAD dos PAPs com metas para 2010. O ponto de situação relativo ao progresso registado em relação aos assuntos de atenção especial foi feito com base nos documentos de monitoria do Governo (Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) e o Relatório de Execução do Orçamento (REO) para o primeiro semestre). O Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) 2010-2012 foi também analisado durante o processo da Planificação do QAD. Tendo em conta que o ano de 2010 é o primeiro ano de implementação do novo Programa Quinquenal do Governo (PQG), caso seja necessário, indicadores e metas para o ano 2010 serão reconfirmados durante a Revisão Anual de 2010. As propostas do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) de 2010 serão analisados após a sua aprovação pelo Governo.

3. Em razão das directrizes do MdE, o processo do RP-QAD foi mais leve, uma vez que foi excluída a parte da avaliação do desempenho do ano em curso e focalizou-se nos indicadores e metas para 2010 e indicativos para 2011. Em virtude do atraso registado na disponibilização do CFMP 2010-2012 foi difícil proceder a sua análise conforme os TdR's. Por outro lado, devido ao atraso do CFMP 2010-2012 não foi possível elaborar as linhas gerais do orçamento. Por conseguinte, a avaliação da afectação estratégica do OE 2010 não foi realizada. Face a esta situação os PAPs mostraram preocupação em relação aos atrasos recorrentes na disponibilização do CFMP.

4. O processo envolveu vinte e nove grupos de trabalho, distribuídos por cinco pilares orientadores, e um grupo ligado à implementação do MdE, constituídos por representantes do Governo, PAPs, Sociedade Civil e outros doadores. A análise foi feita ao nível dos grupos de trabalho e dos pilares, e concluída, ao nível técnico, numa reunião do PAF CoG realizada no dia 15 de Setembro de 2009.

5. O presente *Aide Memoire* inclui os seguintes anexos: a matriz de QAD do Governo para 2010-2011 (Anexo I); a matriz do QAD dos PAP para 2010 (Anexo II); as notas técnicas do QAD do Governo (Anexo IIIa); as notas técnicas do QAD dos PAP's (Anexo IIIb); os relatórios dos pilares (Anexo IV); a lista dos documentos usados como subsídios no processo

(Anexo V); os TdR da RP-QAD, incluindo a lista de pilares e dos grupos de trabalho (Anexo VI).

6. A RP-QAD decorreu num contexto em que a economia moçambicana tem-se mostrado robusta, não obstante a conjuntura de crise na economia mundial. No primeiro semestre de 2009 a produção global cresceu em 7,0% e a inflação média¹ desacelerou para 6,8% em Junho. As receitas fiscais, particularmente as internas, cresceram em termos reais homólogos em 9,5%. Os recursos externos do orçamento do estado cresceram em termos nominais em 14,3%, tendo as despesas de investimento crescido em 15,2% em termos reais. Ainda neste semestre, o sistema financeiro continuou estável, com as taxas de juro de empréstimos² em Junho a situarem-se 2,64 pp abaixo do nível de Junho de 2008. Este facto, aliado à redução do endividamento do Governo no sistema bancário, permitiu que o crédito à economia crescesse em termos nominais homólogos, em 52,3% em Junho. A estabilidade do sistema financeiro e da economia em geral propiciou o crescimento em 95,6% do investimento directo (incluindo mega-projectos) no primeiro semestre.

7. Contudo, a redução da procura e dos preços internacionais, aliados à apreciação da taxa de câmbio real efectiva em 13%³ no primeiro semestre, propiciou a queda das exportações em 39,3% (41,8% excluindo mega-projectos), sendo a queda mais acentuada para o camarão, seguido de castanha de cajú, açúcar, madeira, alumínio e gás. Esta queda levou ao agravamento dos défices da balança comercial e conta corrente em 70% e 20,3%, respectivamente. No entanto, os fluxos de ajuda externa, entre outros factores, permitiram a manutenção de níveis confortáveis de reservas (4,6 meses de importações).

8. Os efeitos da crise económica mundial sobre as exportações poderão induzir a retracção dos sectores da indústria transformadora e mineira, transportes e comunicações, a avaliar pela retracção que estes registaram no primeiro semestre de 2009 e outros efeitos da crise que poderão se manifestar com algum desfasamento. De acordo com projecções do Governo, espera-se que o crescimento da economia desacelere de 6,7% em 2008 para 6,1% em 2009. No entanto, considerando o impacto desfasado da crise financeira sobre a região de África, é possível que a desaceleração do crescimento seja mais acentuada⁴.

9. Para 2010, o CFMP 2010-2012 assume que a economia mundial e os mercados de exportação recuperem, esperando-se que o crescimento acelere ligeiramente para 6,3%. Contudo, na hipótese dos países em desenvolvimento recuperarem da crise com algum atraso, e adoptando uma abordagem prudente, poder-se-á rever a projecção de crescimento do PIB para um nível inferior.

10. Estima-se que a inflação média desacelere para 6,1% em 2009 e 5,6% em 2010. Entretanto, a esperada recuperação da demanda mundial, do preço das mercadorias e uma provável actualização dos preços domésticos administrados e dos combustíveis poderá constituir um factor inflacionário em 2010.

11. Não obstante não ter sido possível avaliar a consistência entre CFMP e o OE, o Governo indica que o OE 2010 será consistente com a perspectiva preconizado no CFMP 2010-2012

¹ Cidade de Maputo.

² Para a maturidade de 12 meses.

³ Reporta a evolução da média móvel de 12 meses da taxa de câmbio real efectiva até Junho de 2009, considerando as moedas da União Europeia, Estados Unidos da América, África do Sul, Índia e China.

⁴ O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) estimam actualmente o crescimento para 2009 em cerca de 4.5 por cento.

no sentido de dar prioridade à afectação de recursos para programas categorizados como estratégicos, para além de cobrir os custos da política salarial, e o custo com os combustíveis⁵. Os eventuais ajustamentos fiscais para acomodar potenciais alterações nos preços dos combustíveis poderão forçar a realocação na despesa. Para minimizar tais alterações será importante a continuação de esforços para uma programação fiscal mais prudente e internalização de choques externos.

12. No decurso da RP-QAD o País recebeu uma missão do FMI, que se encontra presentemente a levar a cabo a 5ª revisão do PSI (Instrumento de Apoio a Políticas) e a 1ª revisão do ESF (Facilidade para Choques Exógenos), com o objectivo de proceder a uma avaliação que será apresentada ao *Board* Executivo do FMI antes do fim de 2009. Neste contexto, a equipa de revisão está a avaliar junto com as autoridades Moçambicanas, a situação e as perspectivas macroeconómicas, o desempenho monetário e fiscal até Junho de 2009, a proposta de orçamento para 2010, e discutir as políticas macroeconómicas e estruturais para 2010 que podem ser levadas a cabo no contexto do programa. Atenção particular está a ser dada ao impacto da crise económica sobre o país, bem como à questão dos subsídios aos combustíveis e da conta de salários e as suas implicações sobre o orçamento, no seu todo.

13. Durante o processo da Planificação do QAD, realizou-se uma reunião ao nível político no dia 17 de Setembro. Os principais assuntos levantados foram o processo eleitoral, a questão do subsídio de combustíveis e progressos na área de governação. :

II. PROGRESSO NOS ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL DO GOVERNO E DOS PAPs

Governo

14. *Necessidade de assegurar, a médio prazo, maior equidade e eficácia na afectação de recursos reforçando a abordagem da planificação e orçamentação programática do CFMP e instrumentos relacionados:* Um dos papéis do CFMP é estabelecer a ligação entre as estratégias e a afectação de recursos públicos. Não obstante este instrumento se subordinar aos instrumentos estratégicos de longo prazo (PQG e o PARPA, o CFMP 2010-12 aprovado) foi elaborado num contexto em que estes documentos ainda estão em preparação. No entanto, o CFMP programa a afectação dos recursos com o objectivo de reduzir a pobreza absoluta, assente na dinamização do crescimento económico, promoção do desenvolvimento rural reforma do Sector Público; desenvolvimento de infra-estruturas e descentralização. Em 2009 o Governo prosseguiu com a emergente abordagem de orçamentação por programa. Esta metodologia visa reforçar a planificação tradicional sectorial, procurando assim melhorar a afectação prioritária de recursos para aspectos que de facto contribuem de forma mais directa para o alcance do objectivo de redução dos níveis da pobreza absoluta. Com efeito, o CFMP dá maior prioridade à materialização das acções inseridas nos programas estratégicos e prioritários. Segundo o documento do CFMP, maior atenção é dada para o triénio 2010-12 a afectação de maior proporção de recursos para as províncias com maior população, mas também se reconhece que o factor populacional não deve ser o único determinante para a garantia de equidade, e que na esfera económica o cenário de equidade é mais complexo que na esfera de acesso a serviços sociais. O processo de alinhamento entre os instrumentos de

⁵ As linhas gerais do OE 2010 não foram disponibilizados durante o processo.

planificação e orçamentação será melhorado com o processo de implementação e aprofundamento da orçamentação programática e o uso amplo dos outros classificadores (como o funcional) aos vários níveis do Governo.

15. *Acelerar a adesão do País à iniciativa EITI bem como realizar concursos competitivos e transparentes com vista a evitar o surgimento de conflitos de interesse.* Moçambique foi aceite como País candidato pelo Secretariado da EITI em Maio último. A atribuição de Licenças mineiras, em conformidade com a legislação mineira decorre de duas formas: a) Licenciamento mineiro, e b) Por via de concurso público em áreas previamente estudadas geologicamente. No sector de petróleos a atribuição das licenças de pesquisa e exploração sempre foi por via de concurso público mas, excepcionalmente, por negociação directa, conforme previsto na legislação. Foi acordado que caso Moçambique fosse aceite como país candidato, uma missão conjunta do Banco Mundial e Secretariado da EITI acordaria com o Governo mecanismo interino de financiamento para permitir o estabelecimento e funcionamento do Secretariado. Esta missão vai acontecer em Setembro. Entretanto o Governo tomou a iniciativa de planificar para o ano 2010 algumas actividades a serem custeadas pelo OE. Estas dizem respeito a: escritórios do secretariado, afectação interina de alguns funcionários para o secretariado e custos administrativos.

16. Aos representantes das empresas no Comité de Coordenação foi recomendada a divulgação da iniciativa bem como do seu espírito. Algumas empresas mostram interesse em aderir a iniciativa. O ramo petrolífero está representada através do seu fórum no Comité e concordam com a EITI. A adequação aos detalhes da EITI será facilitada e feita em conformidade com o Plano de Actividades. A informação sobre as concessões tanto mineiras como de hidrocarbonetos são de acesso público nos respectivos cadastros.

17. *Acelerar o passo da implementação da estratégia anti-corrupção a nível sectorial.* A Revisão Conjunta (RC) de Abril de 2009 constatou, entre outros aspectos, a persistência de dificuldades na medição do impacto da implementação da Estratégia Anti-Corrupção (EAC); tendo por conseguinte recomendado acelerar o passo na sua implementação a nível sectorial, reforçando a sua monitoria, através da melhoria dos respectivos indicadores e pela intervenção dos Observatórios de Desenvolvimento (OD).

- Realização da 2ª Pesquisa Nacional sobre Corrupção e Governação com a sua conclusão no mês de Abril de 2010;
- Inclusão no BdPES 2009 da avaliação da EAC através dos Planos Anti-Corrupção sectoriais e provinciais.
- Integração dos Planos Sectoriais e Provinciais Anti-Corrupção revistos no PES
- Reforço dos mecanismos de supervisão e monitoria da EAC com o reforço da capacidade técnica dos ODs provinciais e conselhos consultivos distritais e fortalecimento da monitoria da EAC a nível nacional a nível da UTRESP;
- Tornar disponível em formato electrónico nas páginas *web* os instrumentos de gestão pública.
- Submissão do projecto de revisão da Lei Anti-Corrupção e do Gabinete Central de Combate a Corrupção a Assembleia da República.

18. *Melhorar a gestão de informação necessária para a monitoria e avaliação do pilar da governação em tempo útil paralelamente a necessidade de elaboração do plano de acção para implementação das recomendações da auditoria de desempenho no sector da justiça.* No âmbito da monitoria das acções do PARPA II, foi realizada a auditoria de desempenho ao

Sector da Justiça, que foi divulgada no mês de Março. A auditoria revelou-se importante ao identificar os constrangimentos, tal como recomendações para a melhoria do funcionamento do Sector, de forma a garantir uma melhor prestação de serviços ao cidadão. Neste sentido, as recomendações resultantes foram acolhidas pelas instituições auditadas e elaboradas matrizes concernentes às acções de seguimento, relativas às onze instituições centrais auditadas. Duas destas matrizes, previstas para o mês de Junho, foram partilhadas com os parceiros no início do presente mês, aguardando-se informação adicional quanto às outras matrizes, a serem disponibilizadas em breve, bem como, informação sobre a implementação das acções pelas respectivas instituições. Os PAP's propõem reuniões regulares (trimestrais), com o Sector, no seio do fórum de monitoria do PEI para acompanhamento da implementação das acções.

19. *Realizar o estudo comparativo sobre a adequação da legislação anti-corrupção de Moçambique às convenções regionais e internacionais ratificadas.* Na luta contra a corrupção importa realçar a aprovação, no final do passado mês de Julho, do Plano Nacional de Integridade do Judiciário, bem como o início do processo de harmonização da legislação nacional anti-corrupção com os diplomas legais internacionais sobre a matéria ratificados por Moçambique, tendo sido realizadas três seminários regionais. Neste último contexto, é de referir que está a decorrer o processo para a elaboração da lei sobre a protecção de testemunhas e denunciantes, tendo sido elaborados os TdR para a contratação dos consultores, onde está prevista a conclusão da anteproposta até finais de Dezembro do corrente ano.

20. *Acelerar a tomada de medidas especiais para mitigar os efeitos da crise nas camadas mais pobres da população, entre outras, na área da Protecção Social.* O Governo, com apoio dos parceiros, está a elaborar uma proposta de Estratégia Nacional de Protecção Social Básica que tem entre outros objectivos a extensão dos serviços para a cobertura de um número maior de beneficiários. O estudo deverá propor mecanismos de actualização dos valores do subsidio de alimentos.

21. *Acções tendentes a reverter a taxa de mortalidade infantil e materna intra-hospitalar.* Foram realizados 12 cursos sobre Cuidados Obstétricos de Emergência e de Cuidados Essências ao Recém Nascido em todas as provincias; quatro cursos de Reanimação Neonatal Básica e elaborado o Manual de Reanimação Neonatal para médicos, enfermeiras e parteiras. Foi introduzido o novo cartão de saúde da criança em todas as unidades sanitárias do País na perspectiva de melhorar o controlo de crescimento da criança, bem como a sua assistência sanitária. Com vista a aumentar a cobertura dos partos institucionais, foram aprovadas as estratégias de casa de espera para as mulheres grávidas e das parteiras tradicionais e treinados 165 profissionais de saúde de Cuidados Obstétricos de Emergência. No âmbito de acções para a redução da mortalidade materna e infantil intra-hospitalar durante o ano 2010 o Governo vai privilegiar a continuação de acções de formação para o pessoal da saúde bem como Agentes Comunitários de saúde e a supervisão e apoio técnico às Provincias pelo grupo de Médicos Gineco-obstetras e Pediatras. Além disto, será reforçado o rastreio do Cancro do Colo do Útero e será continuado o apetrechamento das Unidades sanitárias com kits para o atendimento de mulheres e crianças. Estas acções estão devidamente reflectidas na proposta do PES do sector para 2010.

22. *Acções orientadas para a redução das taxas de subnutrição crónica da criança.* Foram desenvolvidas actividades como a promoção, protecção e apoio ao aleitamento materno e alimentação infantil, sendo de destacar a divulgação do Diploma Ministerial nº129/07 sobre o Código Nacional de Substitutos do leite materno; a capacitação de 25 técnicos em monitoria do Código de Comercialização dos Substitutos do leite materno. Procedeu-se com a distribuição do material de informação, comunicação para a educação nutricional para a

promoção do aleitamento materno. Foram criadas 10 unidades de reabilitação nutricional perfazendo um total de 64 abertos, e 32 postos sentinela para monitorar a situação da desnutrição crónica e aguda do País. Decorreu a primeira fase da semana nacional da saúde da criança tendo sido feita a suplementação com a primeira dose de vitamina A em crianças de 6 a 59 meses de idade e a desparasitação em crianças de 12 a 59 meses de idade. Em 2010, pretende-se implementar e intensificar as principais intervenções chave para a redução da desnutrição crónica, através da implementação de acções de Promoção intensiva do aleitamento materno, com ênfase no aleitamento materno exclusivo; que incluirá a formação de grupos de apoio à amamentação, a formação de profissionais de Saúde em Alimentação Infantil. Será desenvolvido e implementado um programa de Suplementação Alimentar e Nutricional para mulheres grávidas e lactantes, raparigas adolescentes e crianças dos 6-24 meses de idade; e também serão desenvolvidas acções tendentes a melhorar o Programa de Reabilitação Nutricional e dos cuidados nutricionais básicos ao nível das Unidades Sanitárias e Comunidades, entre outras.

23. *Acções para melhor fazer face à pandemia do HIV e a sua prevenção e mitigação.* Foi garantida a expansão do acesso ao TARV e PTV, através do aumento do número de unidades sanitárias que oferecem estes serviços. As acções de prevenção e mitigação são transversais. Os sectores intensificaram as acções de prevenção e mitigação no local de trabalho, tendo sido incrementado em dobro o número de funcionários testados e encaminhados para seguimento hospitalar. São exemplos o MINT, Finanças, Educação, Juventude e Desportos. Nesse sentido, o Governo tem vindo a desempenhar um papel activo na prevenção do HIV, através do desenvolvimento de acções que visam promover o aconselhamento e testagem em saúde, e a expansão e melhoria da qualidade de TARV através da formação de técnicos e conselheiros. Adicionalmente a CNCS esta a coordenar a implementação da Estratégia de Aceleração da Prevenção com o objectivo de incrementar as acções de luta contra o HIV e SIDA no país, tornando as acções de prevenção melhor focalizadas. Neste contexto, duas campanhas serão lançadas no presente ano – uma sobre parceiros múltiplos e concomitantes e outra voltada à protecção das ‘janela de esperança’. O seu objectivo é fortalecer as acções de comunicação para formação e mudança de comportamentos. Igualmente foi elaborada a estratégia de intervenção para o apoio nutricional dos doentes em TARV para incentivar a adesão e permanência no Tratamento.

24. Por outro lado, o Governo continua com a expansão dos seus programas de prevenção em todo o país, e a implementação da política de HIV/SIDA no local de trabalho para mitigar os impactos negativos no sector e na vida pessoal dos seus funcionários, sobre tudo, os professores e policiaes.

25. Para que as intervenções neste domínio tenham o impacto desejável será importante uma mobilização alargada dos parceiros na concentração dos seus investimentos em áreas e matérias tidas como prioritárias pelo Governo.

26. *Acções para facilitar uma melhor compreensão sobre a aplicação da Lei de Terras para as comunidades.* O Governo organizou um seminário em Maio de 2009 onde foi esclarecida e dadas instruções sobre o significado dos planos de exploração (vulgo planos de maneio) para áreas comunitárias, em que se define o uso que a comunidade vai fazer dentro da sua parcela; debroçou-se sobre o conceito de comunidade, como definido na lei de terras. Para além disso foi constituído um grupo de trabalho para discutir e propor o modelo de parceria comunidade-investidor. As conclusões do seminário foram incluídas no relatório com uma matriz de acções para o seguimento e enviado para as províncias. Por outro lado o Governo

esta a implementar o programa do levantamento e inventariação para o mapeamento cadastral, cujo o objectivo é assegurar os direitos costumeiros das populações sobre a terra.

27. *Acelerar a implementação de medidas concretas para estimular o sector produtivo, com particular enfoque na rápida melhoria do Ambiente de Negócios, no apoio às pequenas e médias empresas e na criação de emprego.* Neste contexto, durante o primeiro semestre de 2009, o GdM adoptou um conjunto de reformas visando a flexibilização da resolução de conflitos laborais, a operacionalização dos benefícios fiscais, a flexibilização da aprovação de projectos de investimento, o incremento da coordenação da inspecção das actividades económicas, a facilitação do comércio internacional, a simplificação de procedimentos para o licenciamento de actividades, a combinação de alguns procedimentos para a obtenção de licenças de construção, bem como, a simplificação do processo de pagamento dos impostos . Como colorário, Moçambique melhorou em 5 lugares a sua classificação no ranking do *Doing Business* 2010 passando da posição 140 para 135.

28. Contudo, verifica-se ainda um ritmo lento na adopção e implementação das reformas identificadas como vitais para a melhoria do Ambiente de Negócios, vector chave para a mobilização de importantes recursos do sector privado para sustentar o desenvolvimento socio-económico do país. No geral, a maioria das reformas recomendadas pela RC 2009 ainda não foram adoptadas. .

Parceiros de Apoio Programático

29. *Redução das divergências entre os compromissos e os desembolsos, em especial, no que diz respeito ao financiamento de projectos.* Foram elaboradas em conjunto com o Governo e os PAPs no mês de Julho novas recomendações para a inclusão dos projectos com financiamento externo no Orçamento do Estado. Em Agosto o Governo também publicou uma versão actualizada do “Guião relativo ao financiamento externo no Orçamento do Estado”, o qual foi apresentado num seminário. É desejável organizar mais eventos de apresentação, tanto para os representantes dos parceiros assim como para os representantes dos diferentes Ministérios. A base de dados ODAMoz é uma ferramenta importante para registar os compromissos e informação dos desembolsos em tempo útil, e aumentar a previsibilidade do apoio. O aperfeiçoamento ora em curso da base de dados ODAMoz, para melhor servir as necessidades do Governo e os parceiros, é uma tarefa conjunta de elevada importância. Entretanto, somente com a publicação do OE 2010 é que se pode avaliar o grau de inclusão de projectos no OE, e os esforços para reduzir a divergência entre os compromissos e os desembolsos serão conhecidos em 2011.

30. *Necessidade de implementar uma estratégia de cooperação rolante que incorpora uma revisão de médio prazo, de modo a assegurar uma previsibilidade a médio prazo.* Estratégias de cooperação rolantes constituem um grande desafio para os parceiros. Em relação aos acordos bilaterais de Apoio Geral ao Orçamento, existem alguns acordos rolantes, mas no que diz respeito às estratégias de cooperação, ainda não se chegou a esse ponto. A Agenda para Acção de Accra enfatiza a previsibilidade a médio prazo, pelo qual será importante para cada PAP desenvolver programas de intervenção rolantes e orçamentos de ajuda rolantes. Este assunto precisa de atenção, não só ao nível dos parceiros mas também ao nível do Governo ao avaliar e comentar as estratégias de cooperação. O facto de muitos parceiros estarem na fase de elaboração das suas estratégias em Moçambique, fornece um momento ímpar para se levar em consideração estas questões. Neste contexto, é importante notar que o objectivo do Governo de ter um CFMP cada vez mais robusto e fiável ajudará os parceiros nesta intenção.

31. *Não obstante a crise financeira, os parceiros são encorajados a imprimir esforços no sentido de apoiar os planos de desenvolvimento do País.* Os esforços de muitos parceiros foram bem sucedidos, na medida em que alguns parceiros que ao nível global tinham sido pressionados a reduzir a ajuda, foram capazes de manter os desembolsos planificados para Moçambique, e outros parceiros conseguiram aumentar ou antecipar os seus desembolsos como resposta ao pedido de financiamento adicional do Governo, o que mostra uma confiança dos parceiros no país. No entanto, importa mencionar também que há parceiros que foram obrigados a fazer cortes na sua ajuda ao país para 2009.

32. *Necessidade dos parceiros procederem a uma Cooperação Técnica (CT) mais coordenada.* Aumentar a CT mais coordenada tem sido um facto recorrente nos últimos anos e é um dos indicadores com desempenho fraco. É um objectivo difícil para muitos parceiros, e desde a Revisão Conjunta ainda não se registaram progressos significativos. Para se ter sucesso no desenho de programas de CT mais coordenada será necessário que os parceiros prestem mais atenção neste ponto, combinada com uma actuação mais decidida por parte do Governo no desenho de programas de CT.

33. *Coordenar as suas missões e desenvolver esforços conjuntos com vista à redução do número de missões.* Registaram-se progressos assinaláveis e actualmente alguns parceiros estão a fazer avaliações da sua cooperação coordenada com o objectivo de aumentar o número das missões coordenadas.

III ANÁLISE DO CFMP 2010-12

34. A perspectiva do Governo é de elaborar o CFMP para a afectação dos recursos em função da necessidade de reduzir a pobreza absoluta, assente na dinamização do crescimento económico, promoção do desenvolvimento rural, reforma do Sector Público, desenvolvimento de infra-estruturas e descentralização.

35. Pressupostos Económicos: Esta versão do CFMP considera como contexto de base a Crise Financeira Mundial que pode ter impacto negativo por via da redução da procura global por produtos primários e o impacto da crise nas economias dos países doadores que poderão ter consequências sobre o volume e composição da ajuda disponibilizada. Dado que o documento foi elaborado em Abril/Maio de 2009, mas somente aprovado em Setembro, o processo de actualização e ajustamentos sobre os pressupostos económicos não foi feito em todas as áreas, em particular sobre inflação, taxa de câmbio e preços de combustíveis, mas tentou responder aos possíveis impactos da crise sobre o sector produtivo. Tomando como base dois cenários de crescimento económico (de 4.3% e 6.1% de crescimento do PIB em 2009), assume-se uma redução do nível de receitas fiscais e uma estabilização no nível de recursos externos. Segundo o cenário mais optimista, o total de recursos vai crescer em termos nominais em cerca de 23% entre 2010 e 2012.

36. Afectação estratégica de recursos:

- Por sectores e programas: A abordagem de orçamentação por programas para a Despesa de Investimento continuará no período 2010-12. Os programas eleitos como estratégicos na área económica são: Produção Agrária; Construção e manutenção de Estradas e Pontes; Electrificação Rural; Desenvolvimento Rural; Turismo; Desenvolvimento Rodoviário; e Desenvolvimento Económico dos Distritos, assim confirmando que os sectores para onde serão canalizados mais recursos são os de Infraestruturas, Agricultura e Desenvolvimento

Rural. O documento apresenta descrições muito gerais em termos das acções a desenvolver em cada um dos programas, e estes não são claramente visíveis ou utilizados nas tabelas de afectação de recursos, que são limitadas aos classificadores orgânico e económico. Não está incluída informação sobre a componente do custo do subsídio aos combustíveis. A informação sobre projectos com financiamento externo é ainda muito limitada.

- Por nível geográfico: As projecções efectuadas para 2010-12 continuam a reflectir o esforço do Governo na descentralização da execução dos fundos para Despesas de Funcionamento na rubrica de Despesas com Pessoal, para os níveis provincial e distrital. Ao nível provincial, uma maior proporção de recursos foi dotada para as províncias mais populosas, tendo-se verificado um reforço da dotação da componente interna de investimento. Uma análise mais aprofundada sobre esta componente, também em relação às dotações por programas deverá ser ainda elaborada.
- Por rubrica orçamental: Para 2010 projecta-se maior volume de despesas nas rubricas de Encargos Gerais do Estado e Despesas de Funcionamento reflectindo a despesa com a Política Salarial e Assembleias Provinciais em 2010 e Política Monetária em 2012. Em 2010, cerca de 62% do total da Despesas de Funcionamento será absorvida por Salários e Remunerações, sendo incluídos os custos da implementação da Política Salarial (856,9 Milhões Mts) e o Subsídio de Localização (85 Milhões Mts) e assumida a manutenção da política de descompressão salarial) e cerca de 25% absorvida por Bens e Serviços. Nenhuma informação foi incluída sobre novos recrutamentos, reformas, tipos de aumento, entre outros aspectos. Também não se detalha informação sobre Operações Financeiras, Transferências e Subsídios.

37. Dado que não foi possível fazer a análise da coerência entre o quadro macroeconómico, o CFMP e a proposta de orçamento para 2010, a informação disponível e os desenvolvimentos mais recentes, os parceiros vêem a necessidade de continuar esta análise de forma mais profunda e em particular entender como são abordadas as seguintes questões na proposta de OE 2010:

- Actualização dos pressupostos económicos, em particular sobre a inflação, taxa de câmbio, preços internacionais dos combustíveis e como estes se reflectem no envelope de recursos em termos reais;
- A afectação estratégica de recursos na base de informação mais detalhada na base dos classificadores programático e informação sectorial, de forma a se poder aferir de forma mais clara como os objectivos estratégicos e as políticas de afectação de recursos se traduzem em dotações efectivas nos sectores prioritários de despesa;
- Como as decisões de financiamento de novas prioridades (em particular o subsídio a combustíveis) e pontos de pressão de despesa implicam em decisões de realocação de recursos e como se mantém o equilíbrio orçamental, a sustentabilidade da despesa pública e a ligação estreita com os objectivos estratégicos de afectação de recursos.

38. Em particular, considerando que a recente decisão de introduzir um subsídio de combustíveis *de facto* tenha um custo esperado de cerca de 0.5% do PIB em 2009, no contexto de preços internacionais de combustíveis altamente voláteis, o custo real deste subsídio poderá ser mais elevado se os preços internacionais do petróleo aumentarem mais. Apesar de se perceber a pressão política e social desta medida e de o Governo ter indicado a

intenção de reversão para o mecanismo normal de transmissão de preços no início de 2010, o mesmo declarou a intenção de fazer a retirada gradual do subsídio em 2010.

Por outro lado, considerando que a sustentabilidade fiscal é um dos objectivos da política salarial de médio prazo, e que os custos projectados já estão fora do limite de custo de 8.4% do PIB estabelecido nessa política salarial, existe o risco de que uma expansão da dimensão do sector público (cuja planificação não é conhecida pelos parceiros), e a sua conta de salários possam limitar o espaço de gestão fiscal, comprometendo a sustentabilidade do crescimento económico actual. Os parceiros gostariam que esta discussão considerasse também a relação com as prioridades estratégicas de afectação de recursos que o Governo pretende prosseguir.

IV INDICADORES E METAS 2010

39. Na reunião do PAFCoG de 15 de Setembro de 2009 decidiu-se pela reconfirmação da maioria dos indicadores. Os indicadores e metas para 2010 foram acordados conforme o anexo I e II e as notas técnicas para cada indicador foram actualizadas e em alguns casos especificadas conforme o anexo III. As metas indicativas para 2011 foram estabelecidas para a maioria dos indicadores.

Em relação à matriz do QAD 2010 do GdM

40. Foi decidido reformular os indicadores 29, 34 e 40:

- O indicador 29 (Estudo concluído estratégia de investimento em implementação, regulamentos em vigor e recomendações implementadas no INSS) foi reformulado e tem agora uma nova redacção: “Sustentabilidade do sistema de segurança social”, visando o fortalecimento da cobertura do sistema de Segurança social e a melhoria da prestação de serviços aos contribuintes e beneficiários do sistema. Deve ser elaborada a NT até 31 de Outubro para aprovação no Grupo de Direcção (JSC).
- Foi decidido manter o indicador 34 (Nº de comunidades locais delimitadas e registadas no Atlas Cadastral), que tinha sido proposto para alteração mas procedeu-se à reformulação da nota técnica.
- Foi decidido manter o indicador 40 (Nº cumulativo de planos estratégicos distritais de desenvolvimento com a componente espacial integrada elaborados e aprovados), e finalizar a NT até 31 de Outubro para aprovação no Grupo de Direcção (JSC).

41. Foi concordada a substituição dos indicadores 26, 28 e 31:

- O indicador 26 (Nº de novas fontes dispersas construídas) foi substituído pelo indicador “% da população com acesso a água potável”.
- O indicador 28 (Submissão ao Conselho de Ministros/Parlamento) foi substituído pelo indicador “Sector produtivo e area de seguros e de fundos de pensões complementares competitivo, transparente e que cumpra com padrões internacionais”. Deve ser elaborada a NT até 31 de Outubro para aprovação no Grupo de Direcção (JSC).
- A substituição do indicador 31 (Custo de contratação e despedimento dos trabalhadores) por “simplificação de licenças para o exercício da actividade empresarial”. Foi definida como

meta para 2010: aprovação pelo Conselho de Ministros de um pacote legislativo para a simplificação de todas as licenças para o exercício da actividade empresarial e para 2011 a meta indicativa é - estabelecido um sistema eletrónico de licenciamento.

42. Novos indicadores:

- Por outro lado, decidiu-se introduzir um novo indicador 26b para a área de Saneamento. O grupo de trabalho propõe avaliar a componente de saneamento, crucial para o bem-estar da população, mesmo considerando a dificuldade em monitorá-lo de forma efectiva. O novo indicador é: “% da população com acesso a saneamento adequado”.
- Foi excepcionalmente acordado, inserir um novo indicador (numero 41) sobre a taxa de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT). Para o efeito, foi constituído um grupo de trabalho para definir o indicador específico sobre a matéria, estabelecer metas e elaborar a respectiva NT para 2010. Foi acordado que o grupo irá apresentar a sua proposta até o dia 31 de Outubro para aprovação no Grupo de Direcção (JSC).

43. Em relação a reflexão dos indicadores que apresentam metas 2010 muito diferentes dos planos indicativos temos a destacar:

- A meta do indicador 6 “Receitas totais em percentagem do PIB” foi abaixada de 18.1% para 16.7% devido à revisão das projecções de receita resultante do impacto negativo da crise económica sobre o sector produtivo e o comércio internacional em Moçambique. Esta meta e estimativas são as feitas no CFMP 2010-12, na perspectiva mais optimista de crescimento do PIB em 6.1%.
- A meta do indicador 19 “Taxa de cobertura do DPT3 e Hb em crianças 0-12 meses” foi ajustada de >95% para 89% em consequência da introdução de novos instrumentos de registo e monitoria.
- A meta do indicador 22a foi alterada de 190 000 para 170 900.
- A meta do indicador 32 foi alterada de 529 500 para 400 000.
- A meta do indicador 33 foi alterada de 3000 para 2500.

44. Os indicadores 3, 8, 9, e 14 não apresentam metas indicativas para 2011 porque os respectivos grupos de trabalho propuseram a sua substituição para 2011.

Em relação à matriz do QAD 2010 dos PAPs (PAPs PAF):

45. Devido a elaboração do Código de Conduta sobre a cooperação pelo desenvolvimento e porque as metas de Declaração de Paris foram definidas até 2010, os PAP'e o Governo concordaram em so definir metas para 2010. De notar que para a matriz do QAD dos PAP's considera-se apenas o ODA para o sector do Governo. Em relação aos indicadores substituídos, eliminados, novos ou reformulados, pode-se constatar o seguinte:

46. Indicadores eliminados:

- Indicador 18 “Doadores e o GdM acordam sobre o “período calmo” e sua implementação”. Este indicador foi eliminado, uma vez que o novo MdE do AGO estabelece os dois períodos calmos (Dezembro/Janeiro e Agosto).

- Indicador 21 “% da CT sectorial (alargada) como percentagem do total da CT dos PAPs”. A necessidade de aumentar a CT mais coordenada é um imperativo, que este indicador tentava medir. Contudo, o indicador actual tem como base uma estimativa, que não necessariamente corresponde à situação real, pelo que este indicador foi eliminado. Será necessário definir um indicador no próximo ano para medir esta dimensão da CT.

47. Indicadores novos:

- Indicador 3b “PAP tem um programa rolante e multi-anual não inferior a 3 anos”. Este é um novo indicador que complementa o indicador 3a. Este indicador reflecte o cometimento da Agenda para Acção de Accra sobre previsibilidade a médio prazo.

48. Indicadores reformulados:

- Indicador 6 “% do ODA dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com ODA programado para o ano fiscal”. O objectivo do indicador é medir a relação entre a ajuda que foi programado pelo PAP e o que está registado no OE. Este indicador foi especificado no sentido de melhor reflectir a Declaração de Paris.

- Indicador 16 “% do total de missões do PAP que são feitas em conjunto”. A pontuação deste indicador é acrescido para reflectir a importância deste indicador para o Governo. O PAP que satisfaz a meta recebe 2 pontos. A definição na nota técnica sobre o que é uma missão foi especificada.

49. Indicadores substituídos:

- Indicador 8 “A informação sobre ajuda programática do PAP para o CFMP é previsível”. Este indicador foi alterado para reflectir a qualidade da informação fornecida para o CFMP em relação à ajuda programática. A nota técnica define a medição do indicador.

50. As metas para o ano 2010 foram acordadas com base no desempenho em 2008 e as metas da Declaração de Paris. Algumas metas definidas para o presente ano, já foram ultrapassadas em 2008. Por essa razão, algumas metas para 2010 foram aumentadas (indicadores 12^a, 12b, 12c, 13 e 19).

51. A Reunião de Planificação do QAD decidiu que os acordos bilaterais serão analisados para fornecer uma base sólida para avaliar a harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE e a aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.

52. Na Reunião do Fórum de Alto Nível em Accra-Gana, onde foi aprovado e adoptado a Agenda de Acção de Accra, foi acordado que os doadores dessem informação regular, detalhada e em tempo útil duma maneira transparente sobre o volume, alocação e resultados da ajuda. A base de dados ODAMoz fornece uma ferramenta útil neste sentido e é sugerido que, a qualidade da informação inserida no ODAMoz pelos PAPs será acompanhado através dum indicador após a finalização da fase dois de desenvolvimento do ODAMoz. É igualmente recomendado que uma vez acabado o desenvolvimento da fase dois, o ODAMoz passa a ser a fonte de verificação dos indicadores PAPsPAF em relação aos volumes de ajuda.

V ESTUDOS ANALÍTICOS A SEREM REALIZADOS CONJUNTAMENTE ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS EM 2010

53. No MdE o Governo compromete-se a realizar análises regulares da Gestão das Finanças Públicas e da prestação de contas do sector publico.

54. Durante o ano de 2009 está prevista a finalização de alguns estudos e avaliação do PARPA II, assim como inquéritos sobre a situação de pobreza em Moçambique. Estes estudos e trabalhos servirão de base para um trabalho analítico mais aprofundado que deverá prosseguir em 2010 - 2011.

55. No contexto mais específico do sistema de Gestão de Finanças Públicas (GFP) serão realizados os seguintes estudos em 2010 para apresentação na Revisão Anual de 2011:

- PETS (Pesquisa e Localização de Despesas Públicas) no sector de Saúde: trabalho de campo a relatório preliminar a ser concluído até fins de 2010
- Avaliação PEFA (Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira): trabalho de campo a iniciar em 2010, cobrindo os 3 anos fiscais completos 2007-2009.

56. Outros estudos ou trabalho analítico adicional, como por exemplo um trabalho de Revisão de Despesas Públicas (PER), ou aprofundamento de estudos já realizados, poderá ser especificado e acordado posteriormente.

57. Em relação as auditorias de desempenho ficou acordado que as duas auditorias (sector agrário e calamidades) deverão iniciar este ano e os relatórios preliminares deverão ser concluídos em Março de 2010 para alimentar o processo de revisão anual. Os relatórios finais deverão estar prontos em Abril de 2010.

58. No MdE, os PAP's comprometem-se a realizar revisões analíticas e outro trabalho analítico em conjunto e com consulta previa ao Governo. Durante o processo de RP - QAD iniciou-se o trabalho de levantamento dos estudos analíticos a serem realizados em conjunto para minimizar sobreposições desnecessárias e sobrecarga de outra natureza.